

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.900 - RS (2019/0251751-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : O DAS S (PRESO)
ADVOGADO : JOSÉ RICARDO PINTO - RS102396

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL interpõe recurso especial contra acórdão do Tribunal de Justiça que, por maioria de votos, concedeu *habeas corpus* em favor de O. das S., preso preventivamente e pronunciado pela prática de tentativa de homicídio qualificado. É esta a ementa do r. julgado (e-STJ fl. 98):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. LIBERDADE CONCEDIDA.

Paciente primário, preso em 15 de maio de 2018, em razão do suposto descumprimento de medidas cautelares diversas impostas pela Câmara.

Paciente absolutamente primário, o qual nasceu no ano de 1975 e não responde a qualquer outro processo.

Excesso de prazo configurado. Sessão plenária designada para o dia 4 de abril de 2019 cancelada em razão de pedido de exame pericial realizado pelo Ministério Público.

Inexistência de novo Júri designado.

Relator vencido.

ORDEM CONCEDIDA, POR MAIORIA.

Embargos de declaração desacolhidos (e-STJ fl. 131):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. HABEAS CORPUS. ORDEM CONCEDIDA, POR MAIORIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.

Inexistindo, no acórdão embargado, qualquer omissão, inviável o acolhimento dos embargos de declaração interpostos pelo Ministério Público. Suposto descumprimento das medidas cautelares diversas por parte do paciente expressamente

Superior Tribunal de Justiça

mencionado no voto condutor da maioria. Ordem concedida diante da absoluta primariedade do paciente, da inexistência de atualidade das medidas cautelares diversas e, consequentemente, da prisão preventiva e do excesso de prazo para a formação da culpa.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.

Nas razões do recurso especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega o representante do *Parquet* negativa de vigência ao art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que, ao contrário do afirmado no voto condutor, não se configura, no caso em tela, o excesso de prazo da prisão preventiva, porquanto se trata de um processo extremamente complexo, que envolve o fato delituoso de homicídio tentado, o que requer um maior tempo de dilação probatória (tanto isso é verdade que a sessão plenária foi cancelada em virtude da necessidade de realização do exame de corpo de delito direto antes da realização da sessão de julgamento), tratando-se, pois, de prazo razoável, que não pode ser considerado exacerbado (e-STJ fls. 155/156)

Acrescenta que a superveniência da sentença de pronúncia atrai a incidência da Súmula n. 21/STJ.

Informa, ainda, que foi concedida ao réu medidas cautelares, em 22/03/2018, que, no entanto, as descumpriu, razão pela qual retornou à prisão em 15/05/2018.

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, para o fim de restabelecer a prisão preventiva do recorrido.

Contra-arrazoado (e-STJ fls. 175/179) e admitido (e-STJ fls. 182/189), manifestou-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo provimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 203):

RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DIREITO PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. INSURGÊNCIA DO MP CONTRA CONCESSÃO DE ORDEM EM HC QUE REVOGOU A

PRISÃO PREVENTIVA DO RECORRIDO EM RAZÃO DE SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO DA PRISÃO. ALEGADA AFRONTA AO ART. 312 DO CPP. OCORRÊNCIA. PELO PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL.

1. *E viável a apreciação do recurso especial quando a discussão em questão for exclusivamente de direito, exigindo-se não o reexame de provas, mas sua reavaliação.*
2. *Não se verifica ilegalidade quando o andamento processual encontra-se compatível com as particularidades da causa, não se tributando aos órgãos estatais indevida letargia.*
3. *Parecer pelo provimento do recurso especial, para que seja restabelecida a prisão preventiva do recorrido, que está devidamente justificada, conforme previsto no art. 312 do CPP.*

É o relatório. **Decido.**

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

Veja os fundamentos do acórdão recorrido (e-STJ fl. 105):

Atualmente, no entanto, considero configurada, no caso concreto, a ocorrência de excesso de prazo, na medida em que o paciente, o qual nasceu no ano de 1975 e é absolutamente primário, encontra-se preso desde 15 de maio de 2018, portanto há cerca de 1 ano, tendo sido cancelada a sessão plenária designada para o dia 4 de abril de 2019, em razão de pedido do Ministério Público ("realização do exame de corpo de delito direto antes da realização da sessão de julgamento"), estando o feito, até o momento, aguardando a realização do referido exame, sem data prevista para a Sessão Plenária.

Sem razão o recorrente.

A violação do art 312 do CPP, nos termos em que apresentada, não prescinde da incursão no conjunto fático-probatório, para que se verifique a efetiva necessidade da prisão cautelar, conforme pleiteado pelo Ministério Público.

A Corte de origem destacou ser o acusado absolutamente primário e o fato de encontrar-se preso, à época, há mais de 1 (um) ano, além de ter sido adiado o julgamento devido a requerimento do Ministério Público, a

Superior Tribunal de Justiça

fim de que fosse realizado exame de corpo de delito.

E, em consulta ao sítio do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, verifico que ainda não foi marcado o julgamento do acusado para a sessão do júri, encontrando-se o feito aguardando designação de audiência.

Inevitável, na hipótese, o revolvimento da situação fática dos autos para que se possa desconstituir a conclusão da Corte local, o que é inviável na via eleita, haja vista o óbice do verbete n. 7 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR. OPERAÇÃO C'EST FINI. SÚMULAS N. 7 E 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme em assinalar que a prisão preventiva somente deverá ser imposta quando outras medidas, elencadas no art. 319 do CPP, se mostrarem inadequadas ou insuficientes às exigências cautelares. Inteligência do art. 282, §§ 4º e 6º, do CPP.

2. Na escolha da providência de natureza cautelar, o aplicador do direito terá como meta o meio suficientemente eficaz para a salvaguarda dos bens jurídicos tutelados pelo art. 312 do CPP, e não o mais eficaz, porquanto, apesar de constituir uma discricionariedade judicial, a restrição da liberdade pessoal deverá respeitar o critério do menor sacrifício necessário à precaução no caso concreto, haja vista a presunção de inocência do acusado.

3. O Tribunal a quo sopesou as características dos fatos tidos como delituosos, indicativas de práticas de alta densidade lesiva delimitadas no passado (2013 e 2014), o menor papel desempenhado pelo agravante no esquema de corrupção arquitetado pela organização criminosa investigada, bem como suas condições pessoais favoráveis, a fim de concluir, em juízo de proporcionalidade, que medidas menos aflitivas à liberdade são adequadas e suficientes para proteger a sociedade de possíveis e futuros danos.

4. O julgado está em conformidade com a jurisprudência deste Superior Tribunal, e, para chegar-se a conclusão diversa, seria necessário revolver fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

5. *Agravo regimental não provido.* (AgRg no AREsp 1323195/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 11/03/2019)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 282, 312, 313 E 319 DO CPP. PRISÃO PREVENTIVA. RESTABELECIMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. *Havendo entendimento do Tribunal de origem de que outras medidas cautelares diversas da prisão são mais adequadas ao caso, não é possível esta Corte Superior alterar o referido entendimento e restabelecer a custódia preventiva, sob pena de incorrer em indevido reexame do acervo fático-probatório dos autos.*

2. *No caso dos autos, não é possível, em sede de recurso especial, acolher a pretensão do Ministério Público para restabelecer a prisão preventiva, pois demandaria reexame de fatos e provas, o que é vedado nos termos do enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no AREsp 1069988/MT, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 11/05/2017)

PROCESSO PENAL. VIOLAÇÃO DO ART. 312 DO CPP. PRISÃO PREVENTIVA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. *Para a análise da tese recursal, no sentido de que existem elementos aptos a fundamentar a prisão preventiva do agravante para garantia da ordem pública, mostra-se, no caso, imprescindível o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é defeso em âmbito de recurso especial, em virtude do disposto na Súmula 7 desta Corte. Precedentes.*

2. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgInt no AREsp 921.943/BA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 16/02/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES.

Superior Tribunal de Justiça

PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. SIMILARIDADE FÁTICO-PROCESSUAL ENTRE OS CORRÉUS. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS.

Tendo a eg. Corte estadual entendido que não se encontram presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e, ainda, que a situação fático-processual dos corréus revela-se idêntica, a ensejar a extensão do benefício da liberdade provisória, a alteração de tal conclusão enseja nova incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência inviável pela estreita via do recurso especial a teor do enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 665.329/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 19/09/2016)

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS E LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR DEFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ALEGADA NECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA PARA A GARANTIDA DA ORDEM PÚBLICA. REEXAME DE FATOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Conforme reiteradamente decidido por este Superior Tribunal de Justiça, o exame da presença dos pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal, a fim de se perquirir a necessidade da prisão cautelar, enseja o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, providência inadmissível em recurso especial (Súmula 7/STJ).

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1229817/MT, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 17/02/2016)

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 255, §4º, I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

